



Assembleia Ordinária de Freguesia

ATA Nº 2/2026

Ao vigésimo sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Colares, na sua sede, na Avenida dos Bombeiros Voluntários, nº 77, Colares, em Sessão Ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta acerca das atividades e da situação financeira da Junta. (ponto 2, alínea e) do artigo 9º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro); -----

Ponto 2 – Apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o quadriénio 2025/2029 (alínea a), do nº.1 do artigo 10º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro); -----

Ponto 3 – Apreciação do Inventário/2025 da Junta de Freguesia de Colares (alínea b), nº.1, artigo 9º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro); -----

Ponto 4 – Apreciação e votação da Conta de Gerência de 2025 (alínea b), nº1 do, artigo 9º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro); -----

Ponto 5 – Apreciação e votação da 1ª. Revisão Orçamental de 2026 (alínea a), nº. 1, artigo 9º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro) -----

Ponto 6 – Aprovação de Alteração do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia (alínea m) do nº.1 do artigo 9º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro). -----

A sessão foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, Alcino Afonso Alves, acompanhado por Cláudia Lavrador da Nova Piteira (1º Secretário da Mesa) e por António Pedro Sequeira Louro (2º Secretário da Mesa), com o apoio da Assistente Técnica da JFC, Ana Madalena Castelhana Sandinha Sequeira. Todos os membros da AF estiveram presentes, tendo sido registada, por motivos de saúde, a substituição de Rui Franco dos Santos (PSD) por João Rafael dos Santos Subtil (PSD). -----

O Presidente da Mesa, Alcino Alves, deu início à sessão cumprimentando todos os presentes. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se para usar da palavra **Maria Isabel Fonseca Nunes**, que abordou os seguintes pontos: -----

1. Mercado da Praia das Maçãs – Solicitou que se coloque o parquímetro a funcionar porque já está muito difícil de ter lugar de estacionamento para ir às

Seguidamente, **Claúdia Piteira** (1º Secretário da Mesa), tomou a palavra para dar conhecimento dos 2 emails que foram rececionados: um referente à falta de iluminação pública em algumas ruas do Penedo e outro a solicitar apoio logístico para uma missão solidária de uma associação francesa em Portugal. -----

O Presidente da Mesa, Alcino Alves, prosseguiu com a sessão e colocou a **ata 1/2026** a votação: **aprovada por unanimidade**, registando-se a abstenção de João Subtil por não ter estado presente na reunião a que respeita. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (PAOD) -----

O Presidente da Mesa, Alcino Alves, deu a palavra aos seguintes membros da AF: -----

Nuno Cabanas (CDU) interveio para abordar as seguintes questões: -----

1. Incêndios Florestais e Segurança na Serra – solicitou um ponto de situação dos trabalhos em curso para minimizar o risco de incêndio nesta altura crítica que se aproxima tendo em conta que, no seguimento das tempestades que houve ainda há muito a fazer. Perguntou se já estão sinalizadas e identificadas as árvores em risco de cair, de forma a evitar mais acidente; -----
2. Lixo orgânico abandonado – ponto de situação relativamente ao lixo acumulado em vários pontos da freguesia, nomeadamente no Penedo; -----
3. Iluminação pública – questionou que diligências foram efetuadas junto da E-Redes e que respostas foram dadas; -----
4. Instalação de Parquímetros na Praia Grande e na Praia das Maças – perguntou qual é a posição do Executivo da JFC em relação a este assunto. ----

O Presidente da JFC, Pedro Filipe, usou da palavra para responder aos pontos levantados: -----

1. Explicou que não tem sido fácil dar conta de tantos sobrantes. Com as tempestades a serra ficou bastante afetada e continuam diariamente a trabalhar para reduzir os riscos; -----
2. Informou que os SMAS Sintra se encontram a envidar esforços para adquirir novas viaturas, com o objetivo de colmatar as falhas existentes no serviço de recolha de lixo orgânico; -----
3. A iluminação pública, aos poucos e com a ajuda da CMS, tem sido reposta; --
4. Apesar de ser uma medida da CMS, o Presidente da JFC defendeu que a introdução de parquímetros visa, essencialmente, garantir uma maior rotatividade de veículos, contornando o problema atual de viaturas que permanecem estacionadas o dia inteiro junto à praia, impedindo o acesso de outros cidadãos. Salvaguardou, contudo, que os fregueses com morada fiscal nas zonas tarifadas estarão protegidos através da atribuição de um dístico de residente, ficando isentos do pagamento de parquímetro. -----

Seguidamente o **Presidente da Mesa** deu a palavra a **Bruno Correia (PS)** que realçou o facto de a moção do Partido CHEGA não ser um documento de fácil interpretação, é muito técnico. Contudo, na essência, o Partido Socialista está de acordo. -----

Deliberação: Aprovada, com 6 votos a favor (3 PS, 1 IL e 2 Chega), 5 contra (4 PSD e 1 CDU) e 2 abstenções (1 PSD e 1 PS) -----

Carolina EÇA (IL) tomou a palavra: informou que a IL também repudia a Proposta n.º 226-P/2026 da CMS (ZEDL/EMES). Sintetizou as razões do partido nos seguintes pontos: a deliberação ocorreu em reunião privada (limitando o escrutínio); faltam estudos públicos de impacto e mobilidade; a medida visa a arrecadação de receita para investir em silos na área urbana e penaliza Colares; prejudica o comércio e o turismo; ignora a falta de transportes públicos frequentes para as praias. Mencionou ainda o apoio de uma petição pública com 1833 assinaturas e o descontentamento dos comerciantes locais. Concluiu referindo que a moção delibera repudiar a proposta, exigir a suspensão do estacionamento pago na Praia Grande e Praia das Maças, solicitar estudos técnicos prévios e enviar o documento às entidades competentes. -----

Nuno Cabanas (CDU) - solicitou o uso da palavra para lembrar que a vereadora da IL, na CMS, também votou a favor desta proposta. -----

Deliberação: Aprovada, com 7 votos a favor (4 PS, 1 IL e 2 Chega), 6 contra (5 PSD e 1 CDU) -----

De seguida, o **Presidente da Mesa** deu a palavra a **Carolina Eça (IL)**: -----

1. Mostrou preocupação com o Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Sintra, no Banzão. Questionou as diligências concretas que estão a ser feitas junto da referida instituição para permitir a reabertura do JI no próximo ano letivo, indagando sobre os contactos estabelecidos, os respetivos resultados e os prazos previstos. Perguntou ainda quem assumirá a responsabilidade caso a reabertura não se concretize, defendendo que não é justo nem sustentável que seja a escola pública e as famílias a suportar esta situação. -----

2. Verificou que não foi feita a divulgação, no site e nas redes sociais da JFC, de uma iniciativa da CMS, decorrida nos dias 9 e 13 de maio, dedicada ao cultivo das vinhas de Colares, no âmbito do processo de inscrição desta prática no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, a realizar na Adegas Regionais de Colares. Sublinhou a importância de apoiar estas iniciativas, dado o seu impacto cultural, histórico e económico, garantindo assim a transmissão do conhecimento de geração em geração; -----

3. Perguntou quando é que o elétrico volta aos carris, um equipamento de valor patrimonial, turístico e económico; -----

4. Referiu que fazia parte do programa eleitoral deste executivo a criação de uma

abusiva do espaço público (como viaturas e caravanas estacionadas durante dias inteiros), garantindo a rotatividade e um acesso mais justo às praias. Como exemplo de sucesso de organização sazonal, apontou o parque de estacionamento do mercado da Praia das Maças. Recordou que a medida em causa foi aprovada em sede de Câmara Municipal com os votos favoráveis do PSD, da Iniciativa Liberal e do Chega. Considerou, por isso, estranho que partidos cujos vereadores aprovaram a decisão apresentem agora moções de repúdio. Criticou ainda o Partido Socialista (PS) por se aliar a "posições populistas" em conjunto com o Chega, lembrando que o próprio PS já aplicou medidas de ordenamento do espaço público semelhantes noutros municípios, como Lisboa, Loulé (Quarteira) e Póvoa de Varzim. O PSD justificou o seu voto contra as moções de repúdio por reconhecer que o problema de estacionamento existe e exige uma resposta concreta. O partido defendeu a implementação de soluções integradas, equilibradas e de carácter sazonal, articuladas entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, assegurando salvaguardas para residentes, trabalhadores e empresários locais. -----

Bruno Correia (PS) retomou a palavra e rejeitou as acusações de populismo e de alinhamento político com o partido Chega. Sublinhou que a moção do seu partido foi apresentada em consciência e que está em total consonância com a posição assumida pelo PS de Sintra. Leu o ponto 7 da moção do PS, recordando que as medidas em debate foram aprovadas em reunião de Câmara pela maioria composta pelo PSD, Chega e Iniciativa Liberal. Destacou que o PS foi o único partido a votar contra a aprovação desta medida nesse órgão. Clarificou que a oposição do PS se deve ao facto de o partido considerar que a decisão "está desligada da realidade social e das necessidades da população". Desvalorizou as comparações feitas com as políticas aplicadas noutros pontos do país, referindo não compreender a relevância de invocar o que se passa noutros municípios para a realidade de Colares e de Sintra. -----

Sílvia Nunes (PS): defendeu que cabe às entidades competentes (como a Câmara Municipal) resolver esses problemas específicos de forma direta, nomeadamente as autocaravanas e as viaturas que ficam estacionadas no mesmo local durante todo o verão. Rejeitou a ideia de que os problemas sazonais de estacionamento se resolvam com a instalação de parquímetros, argumentando que "uma coisa não resolve a outra" e que a falta de estacionamento não serve de justificação para esta medida. Concluiu a sua intervenção sublinhando que a colocação de parquímetros não soluciona os problemas apontados, servindo apenas para "piorar a vida das pessoas que cá moram". -----

Maria José Costa (Chega): -----
Lamentou as declarações anteriores do membro do PSD e esclareceu que o

Concluiu a sua intervenção frisando que todos estes casos são factos muito recentes e que evidenciam a inação do anterior executivo camarário perante as necessidades sinalizadas. -----

Deliberação: Aprovada, com 8 votos a favor (4 PS, 1 CDU, 1 IL e 2 Chega), 5 contra (5 PSD) -----

Seguidamente tomou a palavra **Nuno Cabanas (CDU)** e começou por lembrar que o executivo de Rui Santos era contra os parquímetros. De seguida, procedeu à leitura da **moção**: "Não ao estacionamento pago nas praias da freguesia de Colares". -----

Considerando que: -----

- A CMS aprovou recentemente a expansão das zonas de estacionamento tarifário e o aumento das tarifas em diversas freguesias do concelho, medidas que abrangem também a zona da Praia Grande e da Praia das Maçãs; -----
- Esta medida representa um agravamento direto e desproporcional do custo de vida dos munícipes, numa altura em que as famílias já enfrentam pressões inflacionistas significativas e dificuldades económicas acentuadas; -----
- A CMS não tem nenhuma medida delineada para resolver o problema do estacionamento e da mobilidade do concelho, decidindo apenas taxar os munícipes; -----
- O espaço público é um bem comum que pertence a todos os cidadãos, e a sua progressiva privatização através de parquímetros limita o direito à mobilidade e ao usufruto do concelho por parte daqueles que nele vivem e trabalham; -----
- O alargamento do estacionamento pago às zonas balneares constitui um entrave ao direito fundamental ao lazer e ao acesso livre à costa portuguesa, penalizando as famílias que procuram nas praias de Sintra um refúgio acessível, excluindo socialmente cidadãos com base na sua capacidade financeira; -----
- O comércio local será igualmente prejudicado pela dissuasão de clientes, que optam por não frequentar zonas onde o simples ato de estacionar acarreta custos acrescidos; -----
- Em 2014, uma iniciativa com o mesmo objetivo por parte da CMS mereceu a mobilização popular e o repúdio geral, tendo uma moção apresentada contra o estacionamento pago nas praias de Colares recebido o voto favorável de todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia de Colares durante esse mandato. -----

Assim, a Assembleia de Freguesia de Colares, reunida na sua sessão ordinária de 27 de abril, delibera: **1.** Manifestar o seu total repúdio contra o alargamento das zonas de estacionamento tarifado e o aumento das tarifas em curso no concelho de Sintra. **2.** Exigir a suspensão imediata da instalação de novos parquímetros em zonas residenciais e de acesso às praias, revertendo as decisões recentemente firmadas neste âmbito. **3.** Instar a Câmara Municipal de Sintra a priorizar o investimento em soluções reais de mobilidade,

excessos e tensões próprias do período de consolidação democrática, o 25 de Abril deve ser celebrado pela recusa da censura, da repressão e da ausência de liberdades fundamentais que caracterizaram a ditadura, tendo devolvido ao país a esperança no progresso, no desenvolvimento e na qualidade de vida. Nesse sentido, apresentou à Assembleia de Freguesia de Colares, as seguintes propostas de deliberação: -----

- Celebrar o 52.º aniversário da Revolução dos Cravos, exaltando a memória de todos aqueles que se empenharam na democracia e na sua consolidação; -----
- Saudar todos os autarcas que, ao longo destes 52 anos, contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações, para o desenvolvimento de Portugal e para o aprofundamento da democracia; --
- Saudar as grandes conquistas políticas do período pós-25 de Abril, nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social, a Escola Pública de qualidade e inclusiva, e a Autonomia do Poder Local; -
- Sublinhar e valorizar o Estado Social de Direito Democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa de 1976. -----

Deliberação: Aprovada, com 9 votos a favor (1 CDU, 4 PS e 4 PSD) e 3 abstenções (2 Chega e 1 IL). -----

De seguida, **Nuno Cabanas (CDU)** tomou a palavra e apresentou a Moção: Evocação dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas democráticas (1976-2026). Destacou que a Constituição consagrou um vasto conjunto de direitos fundamentais (económicos, sociais e culturais) e que o poder local, nascido nesse mesmo ano, revelou-se decisivo na transformação económica e social do país e na melhoria da qualidade de vida das populações. Sublinhou que o poder local tem enfrentado diversos desafios e ataques à sua autonomia (como subfinanciamento e transferência de encargos sem meios), reforçando-se a importância da sua defesa num tempo de ameaças aos direitos sociais. A Assembleia de Freguesia delibera: -----

1. Saudar o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas democráticas; -----
2. Afirmar a importância do poder local democrático como conquista fundamental de Abril e pilar do regime democrático, bem como instrumento essencial da participação popular; -----
3. Reafirmar a necessidade do cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa enquanto garante de direitos, liberdades e garantias; -----

2. Expressar o profundo reconhecimento pelo serviço prestado em prol da população; -----
3. Formular votos para que a instituição continue a dispor de todos os meios humanos, técnicos e financeiros adequados ao cumprimento da sua missão; -----
4. Remeter o Voto de Saudação ao Sr. Comandante e ao Sr. Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Colares; -----
5. Registar o presente Voto de Saudação em ata. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

Terminada esta votação, **Josué Mateus (PSD)** interveio para informar que a sua bancada também apresenta um voto de saudação aos Bombeiros Voluntários de Colares, que vem ao encontro do que se falou. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

O Presidente da Mesa deu novamente a palavra a **Josué Mateus (PSD)** para deixar uma palavra de reconhecimento público à Junta de Freguesia de Colares e às suas equipas da área social e da saúde, destacando os recentes exemplos de boas práticas e trabalho de proximidade. A sua intervenção centrou-se em dois pontos fundamentais: -----

1. Felicitou as assistentes sociais da Junta, Dra. Inês Sabugueiro e Dra. Margarida Charraz, pelo convite recebido da Universidade Lusófona de Lisboa para dinamizarem uma aula no âmbito da licenciatura em Serviço Social. Sublinhou que levar o trabalho de Colares para o contexto académico evidencia a qualidade e o mérito da ação desenvolvida no terreno, sendo um motivo de orgulho para a freguesia; -----
2. Congratulou a Junta de Freguesia pela sua participação no 1.º Encontro das Unidades de Cuidados na Comunidade da Unidade Local de Saúde (ULS) da Amadora/Sintra. Destacou a apresentação feita pela psicóloga clínica, Dra. Sónia Jacinto, sobre o projeto "Encontros à Quarta", classificando-o como um excelente exemplo de intervenção de proximidade, trabalho em rede e promoção do bem-estar. -----

Concluiu a intervenção afirmando que a ação social e a solidariedade estão "inscritas no ADN" do executivo, deixando um agradecimento a todas as técnicas envolvidas e à equipa da Junta de Freguesia pelo seu trabalho diário, descrito como discreto, mas absolutamente essencial para os fregueses. -----

Nuno Cabanas (CDU): Anunciou o voto favorável do partido, mas deixou a ressalva de que mantém a discordância em relação ao artigo sobre a "conferência de líderes", por recear que possa diminuir os trabalhos da Assembleia. -----

Carlos Santiago (Chega): Declarou o voto favorável da sua bancada, mas apontou três condições de exigência técnica e transparência que deverão ser cumpridas na aplicação do regimento. Em primeiro lugar, solicitou que os documentos de suporte sejam enviados atempadamente e em formato integral, legível e pesquisável. Em segundo lugar, defendeu o direito de os membros formularem pedidos de esclarecimento por escrito com a respetiva obrigação de resposta em prazo certo. Por fim, solicitou que as atas, propostas e documentos financeiros fiquem guardados e acessíveis num repositório digital estruturado. --

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Ponto 3 – Apreciação do Inventário 2025 da Junta de Freguesia de Colares. O documento foi apreciado pela Assembleia. Não houve inscrições para debate e não houve lugar a votação. -----

Ponto 4 – Apreciação e votação da Conta de Gerência 2025. -----

Intervenções: -----

Bruno Correia (PS): Colocou duas questões ao Executivo. Em primeiro lugar, alertou para a exposição de dados sensíveis (como números de contribuinte, nomes de fregueses e nomes de crianças) no mapa referente ao ATL, sugerindo que a Junta reavalie a divulgação desta informação no futuro. Em segundo lugar, questionou o motivo de existirem ajustes diretos e consultas prévias na contratação administrativa, mas nenhum concurso público. -----

Executivo (Secretário, Carlos Leiria): Assegurou que irá verificar a questão dos dados expostos relativos ao ATL. Sobre a contratação pública, esclareceu que os limites de valor das obras e serviços não obrigam à abertura de concursos públicos, cumprindo a Junta rigorosamente a lei nos ajustes diretos (até 5.000€) e nas consultas prévias efetuadas. -----

Carlos Santiago (Chega): solicitou esclarecimentos ao Executivo, colocando quatro questões concretas relativas ao saldo de gerência de 2025: -----

1. Qual a composição exata do saldo de gerência de 2025; -----
2. Qual a proporção desse saldo correspondente a verbas livres, verbas comprometidas e verbas condicionadas ou afetadas; -----
3. Qual a correspondência entre o saldo de gerência e os saldos bancários existentes nas várias contas da Junta; -----

Carlos Santiago (Chega) - solicitou esclarecimentos adicionais e sublinhou a necessidade de informação mais explícita. A intervenção focou-se em duas observações principais:

1. Diferença no Saldo Transitado: Foi questionada a integração de um montante inferior ao saldo global (superavit) que, de acordo com os documentos financeiros, transitou do exercício anterior. Salientou que, embora possa existir uma justificação técnica para esta opção, a mesma deve ser expressa, documentável e compreensível, de forma a garantir a transparência e acautelar eventuais necessidades de auditoria; -----

2. Distribuição Uniforme de Verbas: Foi exigida uma fundamentação técnica, financeira ou legal para a atribuição de reforços de valor exatamente igual (foi dado o exemplo de 10.000) em diferentes rubricas de investimento e intervenção referentes a instituições materialmente distintas. Considera essencial compreender o critério que motivou esta divisão exata e equitativa do orçamento.

Carlos Leiria, Secretário do Executivo, explicou que a distribuição desta verba pelas diferentes rubricas orçamentais foi efetuada com base no bom senso, dada a impossibilidade de prever com exatidão o valor de todas as despesas. A título de exemplo da imprevisibilidade dos valores exatos, foram mencionadas a aquisição de um empilhador, com custo estimado entre 10.000 € e 15.000 €, e eventuais intervenções em casas de banho, que poderão custar entre 10.000 € e 20.000 €. Clarificou que o plano plurianual é um documento flexível e não uma "economia planificada". Nesse sentido, informou que ocorrerão revisões orçamentais ao longo do ano para transferir verbas entre rubricas, ajustando o planeamento à realidade das despesas efetuadas e das receitas arrecadadas. Por fim, sublinhou que os fatores mais importantes a avaliar no final do ano serão o grau de execução orçamental e a garantia de que a entidade não contraiu novas dívidas. Após este esclarecimento, o **Presidente da Mesa** questionou os presentes sobre a existência de mais alguma intervenção, não se registando mais comentários, este ponto foi colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovado, com 9 votos a favor (PSD, 3 PS e IL) e 4 abstenções (1 PS, CDU e Chega). -----

Ponto 6 - Apreciação e votação da alteração do Mapa de Pessoal.

O **Presidente da Mesa, Alcino Alves**, deu a palavra aos seguintes membros: -

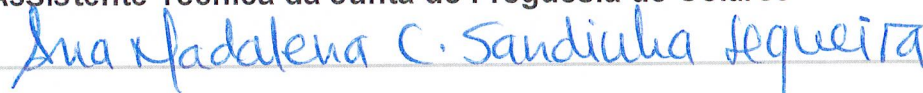
Maria José Costa (Chega) alertou para a utilização de contratos temporários em funções que consideram estruturais e permanentes da autarquia (como limpeza urbana, manutenção, gestão do território, apoio administrativo e resposta social). Neste âmbito, solicitou esclarecimentos ao executivo através de quatro questões: -----

2º Secretário



António Pedro Sequeira Louro

Assistente Técnica da Junta de Freguesia de Colares



Ana Madalena Castelhana Sandinha Sequeira

APROVADA A:

30/06/2026